



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIREÇÃO-GERAL

SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
VIGILÂNCIA

PROCESSO N.º 1618-09.00/12-5

CONTRATADA: PROSERVI SERVIÇOS DE
VIGILÂNCIA LTDA.;

OBJETO:

Acrescer, ao objeto do ajuste, 01 (um) posto de vigilância 12h, diurnas, de segundas-feiras a sextas-feiras, a ser instalado no prédio sede da Promotoria de Justiça de Campo Bom, a contar da autorização do serviço expedida pela gestão contratual, resultando no acréscimo, ao preço mensal do contrato, dos seguintes valores: Montante 'A': R\$ 3.085,47, Montante 'B': R\$ 580,51, Montante 'C': R\$ 297,58 (estimado);

Suprimir, do objeto contratual, 01 (um) posto de vigilância 8h48min, dias úteis, diurno, do prédio sede da Promotoria de Justiça de Lavras do Sul, a contar da data em que o contrato entrou em vigor, resultando na supressão, ao preço mensal do contrato, dos seguintes valores: Montante 'A': R\$ 1.922,72, Montante 'B': R\$ 277,31, Montante 'C': R\$ 223,52 (estimado);

Suprimir, do objeto contratual, 01 (um) posto de vigilância 8h48min, dias úteis, diurno, do prédio sede da Promotoria de Justiça de Antônio Prado, a contar da data em que o contrato entrou em vigor, resultando na supressão, ao preço mensal do contrato, dos seguintes valores: Montante 'A': R\$ 1.795,52, Montante 'B': R\$ 259,26, Montante 'C': R\$ 183,36 (estimado);

Suprimir, do objeto contratual, 01 (um) posto de vigilância 8h48min, dias úteis, diurno, do prédio sede da Promotoria de Justiça de Alto Petrópolis (Porto Alegre), a contar do dia 01 de fevereiro de 2013, resultando na supressão, ao preço mensal do contrato, dos seguintes valores: Montante 'A': R\$ 1.922,72, Montante 'B': R\$ 277,31, Montante 'C': R\$ 260,92 (estimado);

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.37, Rubrica 3702; **FUNDAMENTO**

LEGAL: cláusula segunda, item 2.2, do contrato celebrado e artigo 65, inciso I, alínea b, e § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93. PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de janeiro de 2013. Roberval da Silveira Marques, Diretor-Geral.